

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES DA CIBERCULTURA

Aminadabile Westpal Fadil
Reginaldo Peixoto
Milka Helena Carrilho Slavez

Resumo: As mudanças que observamos nos meios de comunicação que por hora evidenciam crescentes ocorrências ao uso de diferentes tecnologias são também vislumbradas no campo da educação. Destarte, o novo cenário que evidencia tal diálogo, nos instiga a discutir esses recursos e apontar algumas possibilidades de a formação continuada de professores em gênero, decorrer de processos virtuais, ou seja, em ciberespaços, por meio da cibercultura. Dessa forma, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pretendemos discutir algumas dimensões das ferramentas tecnológicas e as contribuições que elas vêm evidenciando nas formas de interação social seja na aproximação de pessoas, de comunicação rápida ou de realização de estudos e, assim, construir a afirmativa de que em detrimento das mudanças que implicam o mundo do trabalho como no caso do fator tempo, há evidências de que a formação continuada de professores no campo da temática gênero ou outras quaisquer, se beneficiam da utilização desses espaços da cibercultura que se tornam cada dia mais interativos e, por isso, abarcam um maior contingente de pessoas, comunidades e recintos de convivências humanas, contribuindo efetivamente para dinamizar, democratizar e ampliar o acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: Formação de Professores; Gênero; Cibercultura.

Abstract: The changes we observe in the media, which at the moment show increasing occurrences to the use of different technologies are also glimpsed in the field of education. Thus, the new scenario that evidences such a dialogue, urges us to discuss these resources and point out some possibilities for the continued formation of teachers in gender, arising from virtual processes, that is, in cyberspace, through cyberculture. Thus, through a bibliographic research, we intend to discuss some dimensions of the technological tools and the contributions that they have been evidencing in the forms of social interaction either in the approach of people, fast communication or studies and, thus, build the affirmative. that to the detriment of the changes that imply the world of work as in the case of the time factor, there is evidence that the continuing education of teachers in the field of gender or any other theme, benefit from the use of these cyberculture spaces that become everyday more interactive and, therefore, include a larger contingent of people, communities and human living quarters, effectively contributing to boost, democratize and expand access to knowledge.

Keywords: Teacher Training; Gender; Cyberculture.

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas nos últimos anos devido à globalização, os avanços tecnológicos e o acesso à informação, têm contingenciado um número maior de pessoas a se manterem conectados a meios virtuais, isso porque, tais recursos acabaram por democratizar a participação social em diversos campos, como a exemplo na educação.

Ao considerarmos o ciberespaço como um subcampo da cibercultura, não somente reconhecemos as suas potencialidades de interação entre pessoas e grupos sociais de diferentes idades, gêneros, culturas, religiões e tantas outras identidades, como defendemos que ações humanas como práticas formativas, por exemplo, sejam beneficiadas por meio das suas dinâmicas e metodologias.

Sendo assim, ao discutirmos a formação continuada em temáticas sobre gênero, consideramos que tais práticas possam ser realizadas, não mais, somente nos espaços reais, onde professores formadores e cursistas se encontrem nos mesmos espaços e tempos, mas em outros que possibilitem e respeitem as dinâmicas da vida contemporânea, cujo fator tempo é um limitador para a resolução de conflitos no campo educativo – por meio dos ambientes virtuais de aprendizagens ou ciberespaços.

Ao considerarmos que a atual sociedade é mutável e que o professor precisa se alinhar às novas demandas, conforme estabelecem os preceitos curriculares atuais, torna-se emergente que o conhecimento seja reaprendido de tempo em tempo. Por isso mesmo, enquanto formador de atitudes e consciência crítica nos seres humanos, é esperado que os docentes aprendam com e a partir das novas demandas, como no caso das tecnologias e utilize tantos os novos conhecimentos, como as ferramentas tecnológicas em favor da sua ação profissional e das aprendizagens dos alunos, principalmente em temáticas tão polêmicas vislumbradas em tempos de crises políticas, como gênero, a exemplo.

Sendo assim, pretendemos, por meio das seções que desenvolvem o texto, apreço a importância dos ciberespaços, assim como o benefício que tais ambientes trazem não somente à sociedade, mas também para a educação e, mais

especificamente, para a formação continuada de professores, seja em gênero como é tratado o nosso recorte, ou em quaisquer outros assuntos.

A formação continuada de professores – das políticas às metodologias

A formação continuada de professores no Brasil, historicamente, vem sido regulamentada por legislações educacionais como a exemplo da LDBEN 9394/96. Dada a sua importância, a temática vem ganhando maior visibilidade, uma vez que a docência implica no conhecimento de vários fatores que são mutáveis, como é mutável a sociedade (PEIXOTO, 2018).

A partir de 2001, os cursos de licenciatura autorizados a funcionar no Brasil se adequaram aos preceitos da Resolução CNE/CP 01/2002, a qual reorganizou as estruturas dos cursos de licenciaturas, sendo considerada como um ganho para o Sistema Nacional de Educação, pois passou a nortear os elementos necessários para formar professores com o mínimo de qualidade.

Ao passar por uma nova reestruturação, as Diretrizes Nacionais sobre Formação de Professores incluíram a formação continuada no texto, uma preocupação que tem sido discutida por muitos estudiosos da educação como Gatti (2010), (Mizukami, 2013) e Peixoto (2018). Considera-se a formação inicial de extrema importância, mas que precisa ser complementada pela formação continuada, por necessidades que de tempo em tempo tanto à docência quanto as relações sociais exigem.

Dada a necessidade de formação continuada de professores, as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) expressam que

[...] a formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente (BRASIL, 2016, p. 13).

De acordo com o excerto, é entendida por formação continuada uma série de atividades de estudos que podem ser desenvolvidas pelos professores, tanto em momentos individuais como pesquisas, até momentos coletivos como no caso dos grupos de estudos, sempre primando pela qualidade do trabalho que esses agentes transformadores realizam em suas escolas.

Segundo o Artigo 19, o Sistema Nacional de Educação deverá garantir a “oferta de programas permanentes e regulares de formação e aperfeiçoamento profissional do magistério” (BRASIL, 2015, p. 16). Dessa forma, ainda antes da aprovação das Diretrizes citadas no caput, o Ministério da Educação – MEC vem viabilizando alguns programas de formação continuada para os professores da educação básica tanto na modalidade presencial, como a distância e, por vezes, momentos de interação entre as duas modalidades. Dentre esses cursos de formação continuada podemos destacar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa¹ – PNAIC e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio² - Programas que ocorreram em âmbito nacional e que funcionaram até recentemente.

Assim como o Ministério da Educação, há outros Sistemas de Educação que vêm promovendo a formação continuada de professores por meio de ferramentas de aprendizagem virtual, como no caso do Estado do Paraná que ao apresentar orientações para o cumprimento da Resolução 02/2015 (BRASIL, 2015), dentre outras diretrizes, estabeleceu que:

Art. 8º Os eventos que compõem a Formação Continuada do Programa para Formação e Desenvolvimento de Profissionais da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná serão desenvolvidos na forma **presencial, semipresencial e/ou a distância** (PARANÁ, 2018, s/p. – grifos nossos).

¹ O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa teve o propósito de apoiar professores que atuam no ciclo de alfabetização a planejarem as suas aulas e a usarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertadas pelo MEC às redes que aderiram ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Tal formação foi implantada por meio da Resolução nº 4 de 27/02/2013 e alterada pela Resolução nº 12 de 8/05/2013.

² O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio foi instituído pela Portaria nº 1.140 de 22/11/2013, e teve como objetivo elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito. Suas estratégias foram articuladas com o redesenho curricular por meio do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI (BRASIL, 2013).

De acordo com o excerto, as metodologias expressas para cumprir a legislação e garantir aos professores o acesso à formação são diversas e evidenciam a necessidade que autores como Tancredi (2009) denominam de “[...] aprendizagem da docência”, ou seja, aprender a ser professor é uma prática que também se realiza, entre outras ações, por meio da formação continuada, independentemente se presencial, semipresencial ou a distância.

Na atualidade, em detrimento da diversidade cultural que é diariamente representada nas instituições escolares, se torna imprescindível conhecer não somente os aspectos curriculares, mas também as relações sociais, os modos de vida, os fatores econômicos, as perspectivas de vida dos jovens em relação ao emprego e renda, assim como suas aspirações para o futuro. Por isso, o professor enquanto sujeito de um sistema dinâmico, deve fundamentar a sua prática nas premissas de uma educação emancipadora e humanizadora (PEIXOTO, 2018).

Conviver com os diferentes tem demarcado um campo de luta nas instituições sociais, por isso, a escola enquanto campo de ensino e de aprendizagem – porque forma seres humanos, dentre eles professores, precisa se adequar às novas configurações sociais. Vivemos a era das tecnologias, por isso muitas das atividades que realizamos diariamente estão voltadas para a interação em meios virtuais como e-mails, *Facebook*, *Youtube*, *WhatsApp* e tantas outras redes e plataformas – nos parece que ainda dependemos dos papéis, mas pouco os utilizamos para escrever e registrar atividades diárias, talvez porque muita coisa pode ser arquivada e, impressa, apenas quando se faz necessário.

Nesse sentido, as ferramentas tecnológicas, como o computador por exemplo, têm sido de uso bastante contínuo e, para atividades diversas como nos comunicar por outras pessoas por meio de redes diversas como pagar contas, assistir filmes, movimentar contas bancárias, comprar produtos diversos e, entres outras coisas, para estudar. Para Castells (2005, p. 553) “[...] a comunicação mediada por computadores possibilita o diálogo em tempo real, reunindo pessoas com os mesmos interesses em conversa interativa multilateral, por escrito”, podendo ser também por meios audiovisuais.

Ao considerarmos as constatações de Castells (2005), assim como as orientações da Secretaria de Estado da Educação do Paraná sobre a formação continuada de professores apresentadas, somos levados a admitir que os espaços virtuais, também denominados por pesquisadores como Alves e Sousa (2016) como ciberespaços, são propícios para reunir pessoas que possuem objetivos afins, como no caso da formação continuada.

O avanço da educação em espaços virtuais ou mesmo “*online*” se justifica porque

O desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e com elas o avanço da Educação Online constituem uma realidade que não pode ser ignorada na formação inicial ou continuada de professores, sob pena de se desconsiderar as mudanças dos meios de comunicação e a eficácia de sua aplicabilidade na sociedade, de modo geral, e na educação em particular (ALVES; SOUZA, 2016, p. 39).

De acordo com o excerto, as dinâmicas que cerceiam as tecnologias, assim como a necessidade constatada de que os professores precisam aprender a ensinar e aprender para ensinar, concordamos que o ciberespaço, por sua dinâmica, sua presença em diferentes espaços e tempos a todos que dele fazem parte, pode ser pensado proficuamente para a formação continuada de professores, claro, sem desconsiderar a importância de espaços formativos presenciais.

Para Peixoto (2018), a formação continuada de professores precisa ser levada a sério e, inclusive, pensada em ações que contemplem as necessidades da docência. Por isso, o autor defende que tal ação seja enviesada por programas que respeitem as dificuldades diárias dos professores, as necessidades locais onde a escola esteja inserida e com temáticas que valorizem a expressão da diversidade, levando o professor a melhor dialogar com os alunos, principalmente, respeitando todas as diferenças, sejam quais forem.

A formação de professores e as especificidades da cibercultura

As mudanças ocorridas nos últimos anos devido a globalização e os avanços tecnológicos instigaram variações significativas nas maneiras de se comunicar,

difundir a informação, a formação identitária, e as possibilidades de interação (KENSKI, 2001; LEMOS, 2004; LÉVY, 1999; MORAIS, 2000, MORAN, 2013 e TEIXEIRA, 2012). Sendo assim, o um aprofundamento sobre a de formação de professores, para o uso das tecnologias digitais faz-se necessário, com enfoque em uma revisão, apontando para debates, prescrições, denúncias e proposições, numa conjuntura em que possam atender às demandas dos docentes.

Kenski (2001) no livro *O Ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias*, problematiza a relação existente entre a tecnologia e a escola, ressaltando o papel do professor na sociedade atual, considerando as variações ocorridas no cotidiano traduzidas nos comportamentos pessoais e sociais. Para o autor, seria importante que todas as escolas e todos os docentes estivessem conectados às tecnologias de última geração. Ainda que isso ocorresse, o papel que ocupa o professor continuaria sendo importante, por fazer os alunos dialogar com os recursos tecnológicos.

Para Morais (2000) apesar de que investimentos tecnológicos e recursos em programas e projetos, tanto público como privados não tenham sido suficientes para superar a baixa qualidade de ensino e para o desenvolvimento de potencialidades dos indivíduos, precisamos nos atentar a outras questões atitudinais que emancipam e tornam o sujeito crítico-humanizado.

Ainda sobre o desenvolvimento humano, Morais (2000, p. 21-22) contribui explicitando que

Quando falamos em desenvolvimento humano estamos preocupados com a formação integral do indivíduo, capacitando-o para viver numa sociedade pluralista, em permanente processo de transformação. Isto implica que, além das dimensões cognitiva e instrumental [...]. Desenvolvimento humano implica a noção de desenvolvimento sustentável, considerado, hoje, valor universal, pressupondo também a promoção da dignidade humana como um padrão universal e absoluto relacionado com a dignidade da vida.

De acordo com o excerto, desenvolver seres humanos implica em ensinar uma série de competência que os habilitam para a sobrevivência individual e em grupos, por isso o uso de ferramentas tecnológicas deve ser incluído nesse processo, mas

não esgota o papel que o professor possui na relação diária com o aluno e com o conteúdo ensinado.

Em concordância com Moraes (2000), Moran (2013) enfatiza que existe uma diferença entre o conceito de ensinar e educar, sendo necessário conhecer quais são os processos envolvidos para alcançar a qualidade almejada. Nesta mesma prerrogativa o autor observa que

Há uma preocupação com *ensino de qualidade* mais do que com *educação de qualidade*. Ensino e educação são conceitos diferentes. No ensino organiza-se uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a compreender áreas específicas do conhecimento (ciências, história, matemática). Na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. Educar é ajudar a integrar todas as dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos (MORAN, 2013, p.12).

De acordo com o excerto, ainda que dialogam entre si, ensino e educação possuem suas particularidades, pois o primeiro se refere ao contexto da sala de aula, das metodologias e das práticas pedagógicas, enquanto o segundo se aplica à vida social do aluno.

No texto *Cibercultura, cultura e identidade* Lemos (2004, p. 9) alerta para o fato de que a “[...] cibercultura instaura uma cultura do compartilhamento e de trabalho coletivo que é a mesma essência da cultura e da identidade cultural”. Por isso, enquanto ambiente de participações individuais e/ou coletivas ressalva processos de aprendizagens diversos.

Em outro texto intitulado *A educação em um contexto de cibercultura*, o autor afirma que:

A cibercultura, especialmente em função da situação de conexão generalizada e de liberação dos polos de emissão, potencializa as condições para aprendizagem uma vez que amplia de forma única na história da humanidade as possibilidades (de os) dos indivíduos perceberem o mundo e nele se projetarem. Esta percepção ampliada do mundo valoriza o processo de aprendizagem (TEIXEIRA, 2012, p. 31).

Nesse sentido, o autor do excerto destaca a influência da cibercultura nos processos de ensino e aprendizagem. Por meio desse elemento tecnológico o sujeito que dele faz uso pode conhecer o mundo, ou seja, outras realidades sociais e se projetar nesse mundo, mas para isso, é importante que faça uma boa utilização das ferramentas que estão à sua disposição.

Em síntese, o momento atual requer indagações, pois a grosso modo, pode parecer que tudo que diz respeito a ambientes virtuais pode ser aproveitado como conteúdo de aprendizagem – há que reconhecer que esses espaços também possuem materiais que podem ser dispensados, os chamados “lixos virtuais” e, quando tratamos da formação de professores, sugerimos sites de confiança e principalmente ligados a instituições formadoras.

No que diz respeito à formação continuada de professores, o ciberespaço pode ser um grande aliado, visto que com suas ferramentas virtuais, pode e deve fomentar uma formação que vise um maior interesse dos docentes, principalmente em áreas que não são muito comuns aos debates escolares, como gênero e educação, por exemplo (PEIXOTO, 2013).

Dessa forma, o professor, por reconhecida carga exaustiva de trabalho que possui, ao usar o ciberespaço para promover conhecimentos a si e a outrem, pode selecionar objetos, escolher horários e metodologias de estudos que melhor se adequem à sua realidade social e às suas temporalidades. No caso de estudos que fomentem à formação em gênero, outros recursos podem ser aliados por meio das ferramentas virtuais, como imagens, vídeos, documentários, etc.

Cibercultura e educação: da teoria às interações culturais

Para Lemos (2004, p.13) uma das principais características da cibercultura é o compartilhamento de arquivos, música, fotos, filmes etc., construindo processos coletivos em decorrência de uma troca social sob os mais diversos formatos, ou seja, a cibercultura possui peculiaridades e recursos que em outros espaços, como em um livro por exemplo, não estariam disponíveis.

A cibercultura no entendimento de Lemos (2004) pode ser entendida como redes sociais, *e-mail*, vídeos conferências, *voip*, aplicativos de mensagens

instantâneas, *drives*, além dos sistemas colaborativos de criação arquivos, compartilhados. Além disso, pode-se incluir também as ferramentas de apoio a aprendizagem, sendo ambiente de ensino dinâmicos e modulares. Ainda podem-se considerar as ferramentas de compartilhamento de conhecimentos, possibilitando o “[...] enriquecimento baseado na troca de conhecimentos, na apropriação criativa, no desenvolvimento de uma forma de trabalho coletiva compartilhada” (LEMOS,2004, p.14).

Em concordância com Lemos (2004), Champagnatte e Cavalcanti (2015, p. 314), contribuem afirmando que o ciberespaço tem sido o lugar de interação e expressão para variadas atividades, tanto de ensino e aprendizagem, como de resistência, denúncias, etc. que ganham força cada dia mais, “[...] alargando a teia comunicacional, que antes ficava restrita aos meios de comunicação de massa, permeados pelo modelo arborescente”.

Nesse sentido, as interações sociais ocorrem independente dos espaços físicos, ou localidade, possibilitando apropriações de diversas culturas. A comunicação na era da cibercultura, no ciberespaço, ganha um novo modo de interação e liga gerações diversas, culturas e hábitos diferentes, por meio de redes que se interconectam em todo o mundo – embora seja cada um, o seu próprio responsável pelos conteúdos que manipula e/ou acessa.

Para Lévy (1999) a cibercultura atua dentro do ciberespaço, conforme explica:

O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 17)

Segundo o autor é impossível separar o ser humano de seu bem material, e objetos aos quais atribui sentido ao mundo, sendo assim caracteriza “as verdadeiras

relações [...] entre um grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas as técnicas” (LÉVY, 1999, p. 23).

Nesta perspectiva, os estudiosos acerca dos ciberespaços na cibercultura, como os já citados, consideram que as pessoas precisam desenvolver a capacidade de interagirem socialmente e selecionar e posicionar-se criticamente em relação aos novos meios midiáticos (KENSKI, 2001). Pensar assuntos como gênero a partir da cultura dada, tanto local como global, também torna uma necessidade, tanto porque são temáticas presentes em espaços virtuais, como também por serem importantes para promover uma sociedade livre de preconceitos e discriminação, seja nos meios virtuais, como de convivência humana real.

Os estudos de gênero e a cibercultura: contribuições na formação de professores

O uso do termo gênero (SCOTT, 1990) surge num contexto de mudanças, e são considerados como a rejeição ao determinismo biológico no uso de termos como “sexo”. Gênero e sexo são “coisas” distintas, pois o primeiro é construído nos espaços de convivência, por meio da cultura, enquanto o segundo é um termo utilizado no campo da biologia, para explicar fatores genéticos.

Ao que defende Scott (1990, p. 93) precisamos olhar para gênero como um conceito que, antes de tudo, é político, conforme explicita:

[...] Houve, em algum momento, conceitos de gênero verdadeiramente igualitários sobre os quais fossem projetados ou mesmo fundados sistemas políticos? A exploração dessas questões fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões... esta nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. (SCOTT, 1990, p. 93)

Sob a ótica da autora do excerto, é preciso questionar as relações existentes na sociedade e compreender a necessidade de garantir o direito a igualdade política e social de todos.

Apesar dos esforços de parte população em contrapor as concepções existente, Peixoto e Oliveira (2016, p. 39) reconhecem a fundamentabilidade de se discutir gênero e sexualidade na sociedade atual, pois essa discussão é “[...] envolvida por um diálogo (quando existe) cercado por preconceitos”, que acabam por “[...] inferiorizar uma categoria (geralmente mulheres, homossexuais, negros/as...) em relação à outra, além de produzir e reproduzir a discriminação”. Os autores caracterizam o papel da escola dentro da temática abordada, como sendo:

[...] lugar de formação e aprendizado. E essa formação e aprendizado precisam ser transmitidos, debatidos, discutidos de forma a não inferiorizar nenhuma categoria social. Para isso é preciso que professores/as estejam preparados/as para essa prática, buscando formação inicial e continuada que preze por um trabalho que valorize o diálogo respeitoso, progressivo e libertador, de modo que os/as alunos/as sejam amparados/as por práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças (sociais, culturais, econômicas, sexuais, religiosas e outras) (PEIXOTO; OLIVEIRA, 2016, p. 52).

Peixoto (2018, p. 198) em sua pesquisa com as com os professores da educação básica do Paraná constatou que a docência é permeada por muitos desafios e que por este motivo faz-se necessário (re)significar constantemente o trabalho do professor.

Em outra pesquisa realizada em escola pública com alunos do ensino médio, percebe-se que as escolas pesquisadas ainda apresentam as mesmas características do século passado:

[...] as escolas pesquisadas são ainda, espaços de promoção de injustiça social, promoção de violência, preconceito e discriminação, pois possuem um discurso de sexualidade baseado na valorização heterossexuais, um modelo criado nas relações anteriores à nossa época, mas que se manifesta e domina as minorias homossexuais até hoje. O discurso escolar deve ser em favor da igualdade e do respeito, o que talvez garantisse uma escola mais justa a medida em que às práticas

de violência, bullying e homofobia contra os alunos fossem combatidas (PEIXOTO, 2013a, p. 202).

Essas características ainda existentes no âmbito escolar são de séria preocupação, pois Dubar (1997) indica a imprescindibilidade da escola básica na formação de identidade social e cultural do educando em desenvolvimento, principalmente na primeira infância. Para o autor, o preconceito é recorrente de instituições sociais que vivemos e por pessoas que nos cercam.

Esta relação de construção de identidade a partir das relações com o outro e com objetos materiais ou imateriais que permitem reflexões individuais e coletivas traz à tona a influência que a escola exerce sobre a vida de todos os cidadãos, inclusive sobre a perspectiva abordada no ponto de vista do formador quanto do formado. Sendo assim, é preciso garantir que o professor seja capaz de se adequar estimular e ampliar os “[...] conhecimentos culturais e científicos como meio de promoção e ampliação do desenvolvimento dos processos psíquicos superiores dos alunos, em estreita relação com suas práticas socioculturais e institucionais, como condição de superação das desigualdades educativas” (LIBÂNEO, 2016, p.38).

Peixoto (2013b) abre caminho para tais discussões afirmando que:

[...] a escola continua imatura, pouco tem avançado e precisa, antes de tudo, investir em formação, em discussão, em orientação dos seus/suas docentes, assim como exigir dos Sistemas de Ensino maiores investimentos, pois Educar Sexualmente é garantir autonomia, cidadania e respeito a todos os sujeitos, garantindo a finalidade da Educação, que no discurso é para todos/as (PEIXOTO, 2013b, p. 22)

Em relação a necessidade de melhoria na formação, Gatti (2010) também sinaliza para aspectos preocupantes quando afirma que

No que concerne à formação de professores, é necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação. As emendas já são muitas. A fragmentação formativa é clara. É preciso integrar essa formação em currículos articulados e voltados a esse objetivo precípuo. A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização – ensinar às novas gerações o conhecimento

acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil (GATTI, 2010, p.1375).

A formação de professores precisa ser embasada em seu campo da prática, para o desenvolvimento da autonomia, como condição para a criação de uma sociedade igualitária, que expresse a igualdade entre homem e mulher, bem como uma formação humana sem nenhum caráter de repressão, agregando valores para atender a função atual da escola.

O uso de ferramentas tecnológicas para compreender algumas questões que ainda apresentam neutralidades na formação de professores pode fomentar um amplo domínio das temáticas que os professores precisam dialogar com os alunos, mas que não possuem argumentos para tratar. Por isso, a busca pelo conhecimento pode ser respaldada em ferramentas que, em alguns espaços, principalmente nas regiões onde as tecnologias funcionam de forma adequada, assumam um fator formador em detrimento de melhores condições de trabalho e atuação docente.

Como exemplo, podemos ilustrar algumas ações afirmativas que já foram desenvolvidas e experienciadas por centenas e até milhares de professores como o curso *Gênero e Diversidade na Escola* promovido pelo Ministério da Educação – MEC no ano de 2006; *Gênero e Diversidade na Escola* promovido pela Universidade Federal do Rio Grande no ano de 2014; *Gênero e Diversidade Sexual: Pressupostos Voltados à Educação*, promovido pela Universidade Estadual de Maringá no ano de 2017 e tantos outros que ocorrem em muitas instituições de ensino, em secretarias municipais e estaduais de educação, por meio de ferramentas de aprendizagem virtual, como a exemplo da plataforma *moodle*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância da formação continuada de professores para o desenvolvimento tanto profissional do docente, como para a promoção de uma educação de qualidade, mas, no entanto, há muito que se avançar tanto nos cursos de formação inicial como continuada em vários aspectos, principalmente em se tratando de temáticas como gênero.

Diante dos avanços tecnológicos que propiciam maior participação social em diferentes aspectos, podemos afirmar que os ciberespaços são ferramentas contribuidoras para democratizar o acesso às informações, aproximar pessoas, gerações e diferentes grupos sociais, por isso, propicia a aprendizagem de novos conhecimentos, principalmente por parte daqueles que vivenciam diariamente a educação, como no caso dos professores.

De acordo com a pesquisa aqui apresentada, a formação de professores é uma necessidade que se evidencia na profissão docente, tanto pelo fato da necessidade de o docente agregar novos conhecimentos aos que já sabe, quanto por lidar com seres humanos que estão em constantes transformações. Por isso, o que o professor sabe e ensina precisa se alinhar às práticas socioculturais, o que determina uma constante atualização de saberes da docência e na docência.

Na atualidade, muitos assuntos são e podem ser abordados pelos docentes em detrimento de a escola ser um espaço plural e em respeito à diversidade, mas, no entanto, muitos outros deixam de ser explorados diariamente por fatores diversos, como a ausência de conhecimento, por exemplo. No caso de gênero, se evidencia não só a precariedade de processos educativos, como também a necessidade de se tratar o assunto, uma vez que emerge das identidades e dos diferentes modos de o aluno se reconhecer como sujeito.

Sendo assim, as discussões apresentadas no texto evidenciaram que as ferramentas tecnológicas podem superar as dificuldades de tempo ocasionadas por diversos fatores sociais e ainda contribuir tanto com maior participação social na democratização do conhecimento, como também promover aprendizagens diversas aos profissionais da educação, pois há ações formativas reconhecidamente positivas em espaços virtuais de aprendizagens ou ciberespaços, que evidenciaram sucessos e grande participação de educadores em diversas instituições formativas.

Em época de crises políticas onde temáticas voltadas ao respeito viraram tabu, formar-se em gênero remete a espaços escolares mais conscientes das identidades humanas, igualitários e livres do preconceito e da discriminação que segregam e invisibilizam tantos sujeitos sociais.

Por tudo isso, os espaços de aprendizagens na contemporaneidade permeiam uma mescla de possibilidades e permitem que as aprendizagens ocorram tanto de

forma real como virtual, no entanto, vale ressaltar que as escolhas devem ocorrer a partir das crenças, do tempo que cada profissional dispõe e das necessidades formativas, lembrando sempre que o ciberespaço corrobora de forma bastante democrática, pois elimina uma série de percalços da formação continuada, como no caso de cursistas e formadores se encontrarem de forma presencial no mesmo espaço e tempo.

Referências

ALVES, T.; SOUSA, R. P. de. Formação para a docência na educação online. In: SOUSA, R. P., et al (Orgs.). **Teorias e práticas em tecnologias educacionais** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 39-66. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/fp86k/pdf/sousa-9788578793265-03.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria 1140/2013 que institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Disponível em: <<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/>>. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. FNDE. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/bolsas-e-auxilios/eixos-de-tuacao/lista-de-programas/item/6433-pacto-nacional-pela-alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-da-idade-certa-%E2%80%93-pnaic>>. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CP 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002.

CHAMPANGNATTE, M. de O.; CAVALCANTI, M. A. de P. Cibercultura – perspectivas conceituais, abordagens alternativas de comunicação e movimentos sociais. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 16, n. 41, p. 312-326, set. /dez. 2015.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 6.ed. Tradução: Roneide Venâncio Majer, atualização Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 2005

DUBAR, C. Tradução de BOTELHO, Anete Pierrette R.; LAMAS, Estela Pinto Ribeiro. **A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais**. Porto Editora, 1997.

GATTI, B. A Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, v.31, n.113, p.1355-1379, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302010000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 out. 2019.

KENSKI, V. M. **O Ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias**. Campinas: Papirus, 1996.

LEMOS, A. Cibercultura, cultura e identidade: m direção a uma “Cultura Copyleft”? Contemporânea: **Revista de Comunicação e Cultura**, v. 2, n. 2, p.9-22, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3416/2486>>. Acesso em: 06 out. 2019.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MIZUKAMI, M. G. N. Escola e desenvolvimento profissional da docência. *In*: GATTI, B. A; SILVA JÚNIOR, A. C; PAGOTTO, M. D. S; NICOLETTI, M. G. **Por uma política nacional de formação de professores**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 23-54.

MORAES, M.C.O. **Paradigma educacional emergente**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. rev. atual. Campinas. Papirus, 2013.

PARANÁ. SEED. **Resolução nº 1716/2018**. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=197472&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 08 out. 2019.

PEIXOTO, R. **Bullying e homofobia nas escolas: implicações pedagógicas na percepção dos alunos/as e professores/as do ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profª. Drª. Eliane Rose Maio, 2013a.

_____. **Programa de desenvolvimento educacional (PDE) contribuições para o desenvolvimento profissional de professores da rede estadual de educação básica do estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. Orientadora: Profª. Drª. Maria da Graça Nicoletti Mizukami, 2018.

_____. Educação Sexual escolar: entre a formação e as práticas pedagógicas – o que pensam os/as professores? *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica**, 2013b. Curitiba: SEED/PR, 2016. V. 2. (Cadernos PDE). Disponível em:

<<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>>. Acesso em: 07 out. 2019.

PEIXOTO, R.; OLIVEIRA, M. Masculino e feminino: construções que carecem de (des)construções sociais. *In*: MAIO, E. R.; PEIXOTO, R.; OLIVEIRA, M. (Orgs.). **Educação, saúde, gênero e sexualidade**: diálogos possíveis. Curitiba: CRV, 2016. p. 39-56.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, n. 16(2), p. 5-22, jul/dez. 1990. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 10 out. 2019.

TEIXEIRA, A. C. A educação em um contexto de cibercultura. **Revista Espaço Acadêmico** (UEM), v. 12, p. 25-32, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/archive>>. Acesso em: 05 out. 2019.

Notas sobre os autores:

Aminadabile Westpal Fadil é graduada em Pedagogia, possui Especialização Lato Sensu em Psicopedagogia, é aluna regular do curso de Pós-Graduação em Educação Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – Paranaíba (UEMS) sob a orientação da Dr^a Milka Helena Carrilho Slavez.

Reginaldo Peixoto é graduado em Letras, em Pedagogia e em Arte/Educação, possui Especialização em Administração, orientação e supervisão escolar, Especialização em Educação Pública, Mestre em Educação e Doutor em Educação, Arte e História da Cultura. Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS. Atua nos cursos de Pedagogia e Mestrado em Educação. Desenvolve pesquisas sobre gênero, sexualidades e diversidades e formação de professores.

Milka Helena Carrilho Slavez é graduada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação. Atualmente é professora Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), atua nos cursos de Pedagogia, especialização e mestrado em Educação. Atualmente desenvolve estudos sobre identidade profissional docente, identidade de professores alfabetizadores, pesquisas sobre formação de professores e cultura escolar.